O Mundo em Português Nº24
Setembro 2001

Defesa, a palavra de ordem

Thèrése Delpech

A proposta de um sistema de defesa míssil tem ocupado a agenda das relações externas dos Estados Unidos. Entre outras críticas, os seus opositores afirmam que este pode vir a alienar a Rússia e China, complicando também as relações com os aliados. O debate revela que o mundo entrou no século XXI com uma enorme preocupação com a protecção e um sentimento de insegurança crescente.

A muralha da China começou a ser construído no século V a.c. e, ao longo de 25 séculos, nunca deixou de ter acrescentos. Esta é a imagem mítica que muitos dos que se opõem ao projecto de defesa antimíssil dos Estados Unidos podem utilizar.

Estes sistemas não são eficazes contra os países dotados de arsenais pletóricos, como é ainda o caso da Rússia, uma vez que a saturação é muito rápida. Também não serão para países com sistemas complexos para induzir em erro os interceptores. E são impotentes se os mísseis adversos se desviam da sua trajectória teórica.

Um exemplo simples pode ilustrar estes dois últimos casos: Os 17 testes de intercepção de mísseis SCUD efectuados antes da guerra do Golfo foram todos bem sucedidos. Mas durante o período de conflito, a intercepção foi desastrosa. O Iraque alargou o alcance do SCUD com o míssil Al-Hussein, concebido para uma trajectória exoatmosférica (ao contrário do SCUD, que desenhava uma trajectória endoatmosférica), durante a qual o dispositivo de transporte se estilhaça. Os destroços daí resultantes baralhavam os interceptores, que não sabiam o que seguir. Este exemplo mostra que as defesas antimíssil só conseguem ser eficazes se tiverem em conta o ambiente no qual o potencial adversário reage.

O candidato ideal para ser alvo das defesas antimíssil é, portanto, um país dotado de pequenos arsenais balísticos, com um nível tecnológico rudimentar para que não seja capaz de se proteger ou adoptar trajectórias originais. E é também preciso que se apresente como um dos adversários determinados pelos Estados Unidos.

Ora, dizem os opositores, não imaginamos um país nestas condições a ser tão pouco razoável que decida atacar o território americano. Por outro lado, defendem ainda, a Coreia do Norte está disposta a abandonar o seu programa de desenvolvimento balístico e o Irão conta ainda com graves dificuldades na integração industrial. Nestas condições, empenhar-se numa defesa antimíssil dispendiosa, que arrisca alienar a Rússia e a China, complicando também as relações com os aliados, parece pouco sensato. É este o discurso da oposição.

O campo oposto, para quem as defesas antimísseis são necessárias à protecção do "povo americano" e dos seus aliados, usa outra linguagem. O verdadeiro perigo do mundo actual não é o de um confronto directo entre duas potências, mas o aparecimento de um número cada vez maior de países susceptíveis de se dotar de armas de destruição maciça com um alcance cada vez maior.

Seis países já adquiriram, ou construíram a partir de aquisições anteriores, mísseis com um alcance de 1000 quilómetros: Arábia Saudita, Israel, Coreia do Norte, Irão, Índia e Paquistão. Na maioria dos casos, pretendem ir ainda mais longe. Nestas condições, é difícil explicar estes programas segundo uma lógica estritamente

regional. Qual é, então, a função destes mísseis? Mesmo que não estejam integrados numa lógica claramente ofensiva, a sua existência e a sua potencial utilização em caso de conflito devem ser tidas em consideração pelos principais países, tal como a possibilidade de estarem associados a programas clandestinos de armas de destruição maciça.

É este o raciocínio dos que, em Washington, desejam desenvolver as defesas antimísseis. Eles não acreditam que os países que são, ou serão, dotados de um arsenal nuclear, químico, ou biológico possam atacar o território americano ou o dos seus aliados. Mas estimam que estes meios forneçam aos seus potenciais adversários a possibilidade de exercer uma ameaça credível em caso de operação militar em teatros exteriores.

Ambas as posições têm a sua lógica. O seu principal defeito é o de não aceitar analisar os argumentos do campo oposto. Actualmente, vários elementos convergem para o estabelecimento de certos tipos de defesa:

- Abriu-se uma nova era tecnológica com o aparecimento de interceptores não nucleares, que integram todos os sistemas que estão agora a ser estudados. Com efeito, há muito tempo que apenas podíamos contar com interceptores nucleares. Mas a aceitação dos sistemas estratégicos por parte das opiniões públicas dos países democráticos é problemática, senão mesmo impossível. Esta é uma das razões por que foi retirado o sistema americano "Safeguard" (que protegia um local de mísseis terra-terra de longo alcance, no Norte de Dakota), passados apenas cinco meses sobre a sua criação, em 1975. Mesmo Moscovo, a única capital dotada de forma contínua de um sistema de defesas antimíssil desde os anos 70, teve de separar as ogivas nucleares dos mísseis Gorgon e Gazela na sequência de manifestações, em 1998.

- Depois de mais de 40 anos de investigações, os programas atingem maturidade num grande número de versões tácticas (PAC3, THAAD, S300...) e fazem também progressos significativos para a intercepção de mísseis estratégicos. Como é frequente, as novas possibilidades tecnológicas aparecem com décadas de avanço sobre a sua introdução nas novas doutrinas de defesa e nos arsenais. Mesmo que as dificuldades tecnológicas sejam ainda reais, como confirmam os resultados de ensaios já realizados, os progressos são incontestáveis.

- A evolução da proliferação balística no mundo, associada a programas clandestinos no domínio das armas de destruição maciça, fazem aparecer um ambiente de imprevisibilidade, onde o risco de emprego deste tipo de armas aumenta. Isto deve-se a vários fenómenos: progresso em matéria do alcance dos mísseis, dificuldade de controlo dos programas nucleares, químicos e biológicos dos proliferadores mais determinados, e a ignorância que temos sobre os novos actores. A proliferação balística, que até ao princípio dos anos 90 era uma preocupação secundária, está actualmente no centro das reflexões estratégicas.

- A chegada de uma administração republicana aos Estados Unidos atribui uma forte probabilidade ao aparecimento de uma defesa do território americano. O Presidente Clinton reconciliou-se com o "National Missile Defence" (NMD), devido à pressão do Congresso e não por sua própria escolha. Pelo contrário, o campo republicano fez deste tema um dos grandes eixos da sua política de defesa e esta opção foi confirmada tanto pelo Presidente George W. Bush, como pelo seu secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, desde que iniciaram funções. A natureza do sistema, ou sistemas, que serão impostos ainda é desconhecida, mas a decisão é clara (mesmo que a nova maioria no Senado possa complicar a sua aplicação).

- A repugnância em colocar em risco a vida dos soldados nunca foi tão forte como

agora. Mas as defesas antimíssil sobre os terrenos de operações exteriores parecem cada vez mais indispensáveis para obter o acordo de governos quanto ao deslocamento de tropas para zonas como o Médio Oriente, ou para reduzir a existência de programas clandestinos de armas de destruição maciça. A tendência para a protecção crescente dos militares ocidentais parece irreversível.

Por todas estas razões, os fenómenos de entusiasmo pelas defesas antimíssil ultrapassam em muito os projectos da nova administração americana. Um número crescente de países europeus (Alemanha, França, Itália, Holanda, Espanha), do Médio Oriente (Israel, Turquia), do Extremo Oriente (Japão, Taiwan, Coreia do Sul) e também do Sul Asiático (Índia), estão empenhados em investigação, desenvolvimento ou compra de sistemas de protecção tácticos. Fazem-no em contextos suficientemente diferentes para fazer deste um fenómeno assinalável.

Na Europa, onde a preocupação actual é a criação de uma força de reacção rápida de 60 mil homens, em 2003, a questão das defesas antimísseis não teria ainda sido alvo de uma reflexão digna desse nome se os europeus não tivessem sido confrontados com a proposta americana que pretende também proteger os aliados. Os europeus evoluem à medida que as intenções americanas se confirmam. Começam a reconhecer que a ameaça pode concretizar-se: uma fronteira mediterrânica onde a proliferação não pode ser controlada poderá, dentro de dez a quinze anos, tornar-se bastante mais perigosa. Os actuais programas europeus são exclusivamente tácticos (Aster, MEADS), muito limitados e com financiamentos modestos. Quanto às compras de tecnologia americana (PAC3, sistema Aegis), fazem-se desordenadamente, sem reflexão colectiva. Mas esta situação poderá evoluir se houver uma nova crise que ponha em jogo as armas de destruição maciça.

No Médio Oriente, os programas balísticos parecem progredir de forma inexorável, num ambiente cada vez mais tenso. O interesse pelos sistemas tácticos de defesa antimíssil, que nesta região poderão ter uma função estratégica devido ao tamanho dos territórios, cresce na mesma proporção. A longa guerra entre o Irão e o Iraque (1980-1988) mostrou que certos actores têm uma concepção muito ofensiva das suas armas. Mas foi a guerra do Golfo, onde o sistema Patriot obteve resultados muito medíocres, que popularizou as defesas antimíssil. Se estas não estivessem disponíveis, teria sido bem mais difícil para Israel não pegar em armas contra o Iraque. Mais tarde, Israel comprou versões mais aperfeiçoadas do míssil Patriot (PAC3) e empreendeu dois programas conjuntos com os Estados Unidos (Arrow e THEL).

O segundo país que manifestou um grande interesse pelas defesas antimíssil na região foi a Turquia, que reivindica uma defesa estratégica, devido ao desenvolvimento do programa balístico iraniano. O projecto que está a ser elaborado no seio da NATO, que interessa a Ancara, pode contribuir para este objectivo.

No Extremo Oriente, a questão das defesas antimíssil reúne todas as questões estratégicos mais complicadas: o futuro das relações entre a China e o Japão, a unificação da Coreia e o estatuto de Taiwan. As investigações feitas pelo Governo japonês com os EUA sobre o sistema naval Navy Theater Wide (NTW) não vão necessariamente resultar numa aplicação. Os objectivos deste programa conjunto são mais políticos que militares: trata-se de fortalecer a aliança com os Estados Unidos. Mais controverso ainda é o projecto americano de venda de defesas antimíssil a Taiwan, visto pela China como um encorajamento aos sentimentos independentistas da ilha.
No Sul asiático, o interesse da Índia por defesas antimíssil, que foram objecto de discussão com a Rússia e Israel desde 1985 (sistemas S300 e Arrow), está ligado a

potenciais conflitos no Norte do país. Trata-se da única região do mundo onde três países dotados de armas nucleares disputam territórios e não dispõem de fronteiras reconhecidas.

A Índia deve ter em conta a doutrina paquistanesa de dar o primeiro passo em caso de conflito e não dar muito crédito à política chinesa, que faz da não utilização em primeiro lugar a sua doutrina nuclear. Parece pouco provável que estas discussões resultem — devido ao custo elevado dos sistemas em causa, à vasta dimensão das fronteiras indo-paquistanesa e indo-chinesa, e às várias possibilidades, para os dois adversários da Índia, de encontrar defesas eficazes para todo o sistema táctico - tendo em conta a dimensão do território indiano.

À excepção da situação específica do Extremo Oriente, onde a China é hostil a todo o projecto de defesa míssil, seja qual for a sua natureza, estes sistemas tácticos não trazem muita controversa. O grande debate internacional nasceu do projecto americano de montar, não sistemas tácticos, mas uma defesa antimíssil do seu território contra ataques limitados. Não se trata de uma reedição do projecto IDS, mas obriga mesmo assim a uma renegociação, ou ao abandono do Tratado ABM, assinado em 1972 entre os EUA e a URSS.

Este tratado, proposto pelos Estados Unidos para conter os projectos de desenvolvimento de defesas soviéticas, suscitou uma grande desconfiança de Moscovo. Até finais dos anos 60, o "leit-motiv" era: "a defesa é moral; o ataque é imoral", tal como ainda hoje afirmam alguns americanos, como Henry Kissinger. A principal ideia deste tratado era autorizar a protecção de dois locais (um de mísseis de longo alcance, outro a capital), para depois passar a apenas um, em 1974, com um número limitado de interceptores (de 200 passou para 100), fazendo da estabilidade estratégica a vulnerabilidade mútua.
A maioria dos russos deseja preservá-lo, pois esta é uma forma de impedir os desenvolvimentos tecnológicos americanos, que a Rússia não tem quaisquer possibilidades de seguir.

Num mundo onde a paridade nuclear entre os dois países desapareceu e onde a grande adversidade do passado deu lugar a uma mistura de cooperação e confrontação, o Tratado ABM tem um valor mais simbólico que real. É razoável assentar a estabilidade do século XXI sobre outras bases que não a destruição mútua garantida. Uma reflexão bilateral sobre este projecto permitiria que os dois principais actores discutissem os seus respectivos papéis, os seus interesses estratégicos e as suas perspectivas de cooperação num novo contexto internacional. Esta é uma tarefa difícil.

Às vezes, diz-se que os europeus estão prontos a aceitar tudo o que os americanos e os russos decidirem de comum acordo. Isto não é falso. O grande medo da Europa é o de tornar-se presa entre uma Rússia dorida e uma América que faz apenas o que lhe vai na cabeça. Esta situação arrisca conduzir a um agravamento da política externa russa na questão nuclear e balística (nomeadamente no Médio Oriente) e a uma dificuldade crescente em manter os acordos multilaterais sobre os quais assenta uma parte da segurança internacional.

Se é este o principal receio da Europa, o seu papel deve ser de encorajar a negociação entre os dois parceiros, fazendo conhecer as escolhas que correspondem aos seus próprios interesses, de preferência de forma concertada. Estas escolhas são claras: uma solução negociada, sem aplicação de interceptores espaciais, uma nova confirmação do apoio dos dois actores (Estados Unidos e Rússia) aos tratados multilaterais, e o desenvolvimento de sistemas antimísseis tácticos de custos mais baixos.

Para concluir: no século XXI estamos a orientar-nos para um mundo dominado pelas defesas e, simultaneamente, pela dissuasão nuclear. Os dois conceitos não são incompatíveis. É o sinal de uma época preocupada com a protecção, que tem um sentimento de insegurança crescente, mesmo tratando-se do país mais poderoso do mundo. E isto não é nada tranquilizador.